

Modernização econômica e regionalismo no norte de Minas Gerais

Laurindo Mékie Pereira
Doutorando em História Econômica - USP
Professor do Departamento de História - UNIMONTES
Bolsista da FAPEMIG

O objeto deste trabalho é a emergência e desenvolvimento de dois importantes processos históricos no norte de Minas Gerais: a modernização econômica e o movimento regionalista-separatista.

Colonizada pelos bandeirantes paulistas e criadores de gado baianos, a região se firmou como uma economia baseada nas atividades agropecuárias. Em virtude da localização privilegiada, integrou-se à zona mineradora como fornecedora de alimentos durante o século XVIII. Após o *rush* da mineração suas relações comerciais foram reorientadas, voltando-se para centros consumidores como o Rio de Janeiro. Nesse processo, os municípios às margens do Rio São Francisco, casos de Januária e Pirapora, perderam, progressivamente, a condição de pólos regionais para o município de Montes Claros. A inauguração da ferrovia nesta cidade no ano de 1926 a consolidou como principal centro econômico e político do norte de Minas.

Estruturada na agropecuária, a economia regional não recebeu maiores influxos do processo de industrialização nacional entre 1930 e 1964. Especialmente nos anos 1950, quando os planos de desenvolvimento no âmbito estadual e federal elegiam a indústria como carro-chefe da economia, as demandas principais das elites norte-mineiras não foram atendidas.

Em virtude da força de sua pecuária, a maior reivindicação regional era o apoio oficial para a construção de um frigorífico em Montes Claros. Além disso, reclamava-se por investimentos em estradas, especialmente a ligação Montes Claros-Belo Horizonte, e construção de hidrelétricas na região para resolver o crônico problema da falta/insuficiência de energia elétrica na grande maioria dos municípios.

Do ponto de vista edafo-climático a região é uma área de "transição entre o domínio do cerrado para o da caatinga. Ocorre, portanto, o predomínio do clima tropical semi-úmido, com incidência de aridez em determinados trechos." ¹ Por isso, desde 1911,

¹ PEREIRA. A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões. In: ALMEIDA; PEREIRA (Orgs). **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**, p. 15

pelo decreto federal número 9256 de 28 de dezembro, o Norte de Minas foi enquadrado como área de incidência das secas, sendo, assim, beneficiado com recursos especiais do Governo Federal.

Quando as secas e as mobilizações políticas colocaram em evidência o chamado "problema Nordeste" e o Governo Federal resolveu atuar de forma mais incisiva e organizada instituindo a SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, as elites norte-mineiras se mobilizaram para incluir o norte de Minas na área de atuação da Superintendência transformando, legalmente, a região em Nordeste.

Capitaneada pelo economista Celso Furtado e inspirada no pensamento reformista da CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe, a SUDENE surgiu com um propósito progressista reformador e conseguiu, inclusive para além do que concretamente poderia fazer, mobilizar a opinião pública nacional a seu favor.

Contudo, a derrota dos grupos nacionalistas-reformistas em 1964 frustrou os propósitos originais da Superintendência, reduzindo suas atribuições e a transformando, progressivamente, em uma simples agência de concessão de incentivos fiscais.

Para o norte de Minas, a SUDENE só começou a existir de forma mais efetiva a partir de 1965 quando foi instalado um escritório do órgão em Montes Claros e, principalmente, quando o Governo de Minas Gerais resolveu atuar de forma mais direta, defendendo os interesses "norte-mineiros" frente às demandas do "restante" do Nordeste.

Além da SUDENE, o norte de Minas foi objeto da ação modernizadora do Governo Estadual. Juntos, os programas e incentivos federais e estaduais contribuíram para um reformulação das estruturas econômicas e sociais no campo e para uma industrialização significativa em cidades como Pirapora, Várzea da Palma e especialmente Montes Claros.

No meio rural, seguindo a lógica nacional, priorizou-se a resolução dos problemas econômicos e ignorou-se as questões sociais e ambientais. A transformação do campo ocorreu de três formas: as invernadas, a atividade de reflorestamento e os projetos públicos de irrigação². Como resultado, ocorreu um intenso êxodo rural e a formação de um amplo mercado de mão-de-obra barata nos meios urbanos.

O caráter conservador da modernização do campo e a expulsão dos pequenos produtores são evidenciados na tabela 01 que revela o agravamento da concentração fundiária e na tabela 02 que mostra a diminuição dos estabelecimentos rurais e do pessoal ocupado em atividades agropecuárias.

² OLIVEIRA. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros sob a orientação da SUDENE**, p.113

TABELA 01
Distribuição (%), por grupo de área, do número e áreas dos estabelecimentos agropecuários da Região Mineira do Nordeste

Discriminação	Grupos de áreas (ha)			
	até 10	10 a 100	100 a 1000	Mais de 1000
1970				
Estabelecimentos	19,0	59,4	19,7	1,9
Área	0,8	15,9	39,4	43,9
1975				
Estabelecimentos	23,8	56,5	12,8	1,9
Área	1,0	15,8	38,8	44,4
1980				
Estabelecimentos	23,8	56,8	17,3	2,1
Área	0,9	13,4	33,1	52,6
1985				
Estabelecimentos	30,9	52,9	14,1	1,6
Área	1,3	15,3	34,3	49,1

Fonte: OLIVEIRA. O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE, p. 112

TABELA 02
Número de Estabelecimentos Agropecuários e Pessoal Ocupado- 1960 - 1970 - 1980

Municípios	Nº Estabelecimentos			Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Brasília de Minas	2.169	2095	1790	18870	13199	4353
Bocaiúva	1.907	2993	1828	15065	19155	1495
Coração de Jesus	2.049	1869	1784	21310	10653	2620
Espinosa	2.939	2953	2938	10874	11874	1286
Francisco Sá	1.342	1380	1384	12078	11040	1348
Grão Mogol	2.203	2825	1705	18285	19210	9999
Janaúba	1.636	1619	1378	8671	6314	10502
Jauária	1.077	3252	3668	10232	17236	2801
Jequitaiá	641	657	377	9038	4993	3251
Juramento	312	373	546	1810	2536	3224
Lassance	400	283	271	2200	1500	2779
Manga	1.371	3539	1818	9871	18757	3197
Mato Verde	821	1093	1214	4105	1202	1286
Monte Azul	2.263	2244	2757	8373	8303	1067
Montes Claros	6.284	3528	2424	20393	17993	13087
Pirapora	293	401	91	2198	3008	319
Porteirinha	3.344	3114	3671	19395	2241	4532
R. P. de Minas	4.029	2876	5436	20145	20132	3494
Salinas	3.568	3612	2700	23192	19866	2410
São Francisco	2.251	3000	3782	14181	28200	8741
S.J. da Ponte	3.593	3958	2848	26588	19394	19119
S.J. Paraíso	1.888	2019	2583	9440	8682	2362
Taiobeiras	809	667	723	2670	4336	1712
Várzea da Palma	174	267	493	1009	2.83	5581
Total	47.363	50.617	48.209	289.993	270.107	110.565
Minas Gerais	371.859	453.998	480.631	2.802.410	1.997.591	482.121

Fonte: IBGE e Incra/Montes Claros. Dados tabulados por BRAGA. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE: um estudo de caso**, p.59

A mão-de-obra liberada/expulsa das atividades rurais não era integralmente absorvida pelas atividades comerciais e industriais urbanas. Pelo contrário, formava-se uma amplo exército de reserva e uma grande "rede" de prestadores de serviços/trabalhadores informais que contribuía, fortemente, para rebaixar o custo da reprodução da mão-de-obra.³

O problema (social, não econômico *stricto sensu*) do desemprego/subemprego é melhor compreendido quando se analisa a natureza da industrialização ocorrida na região. A industrialização incentivada pela SUDENE concentrou-se, basicamente, em Montes Claros que, até 1979, havia recebido 54,8% do número de projetos incentivados. Os demais foram implantados em Pirapora, 25,8%, Várzea da Palma, 13%, Bocaiúva, 3,2% e os restantes 3,2% em outros municípios da região.⁴ Em virtude disso, nossa análise se concentrará nos dados e processos de mudança ocorridos em Montes Claros.

Conforme estudos de Mariângela Braga, 76,8% dos recursos de incentivos fiscais concedidos entre 1960-1977, foram destinados aos ramos "dinâmicos" (Química: 3,9%, Metalurgia: 38,4%, Minerais não metálicos: 11,5%, Material elétrico e de comunicações : 7,6%, Papel e papelão: 3,9%, Mecânica: 3,9%, Mineral não metálico: 11,5) e os restantes 23,2% aos segmentos tradicionais (Têxtil: 15,4%, Alimentar: 3,9% e Vestuário e Calçados: 3,9%).⁵ O predomínio dos "setores dinâmicos" resultou na pouca absorção de mão-de-obra e no pequeno aproveitamento da matéria-prima regional. Outra dado importante apontada pela autora é origem dos capitais investidos nos projetos de industrialização: do total, somente 25% era de origem regional. Esse aspecto fica mais claro pela tabela 03.

Quanto ao destino da produção industrial, a constatação da autora é também significativa: 60% destinava ao mercados consumidor do Sudeste, 33% à exportação, 23% para "todo o país", 20% para o Nordeste, 16,6% para o Sul, 16,6 para o Centro-Oeste, 13,3% para o Norte e apenas 6,6% eram destinados ao mercado local.⁶ Além disso, segundo Braga, as indústrias adquiriam quase todos os seus insumos fora da região e grande parte dos equipamentos era adquiridos fora do Brasil.

³ Acerca desse "inchaço" estratégico do setor de serviços em âmbito nacional cf. OLIVEIRA. **A economia brasileira**: Crítica à razão dualista; acerca do mesmo tema em Montes Claros-MG cf. BRAGA. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE**: um estudo de caso

⁴ OLIVEIRA. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA; RODRIGUES (Orgs.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**, p. 68

⁵ BRAGA. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE**: um estudo de caso, p.39

⁶ BRAGA. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE**: um estudo de caso, p. 44

TABELA 03
Localização da administração das principais empresas industriais em funcionamento e em implantação na cidade de Montes Claros

EMPRESA	LOCAL
ALMEC	Belo Horizonte
AGAPRESS	São Paulo
BIOBRÁS	Belo Horizonte
GLYCENORTE	Belo Horizonte
COTEMINAS	Belo Horizonte
MATSULFUR	Belo Horizonte
CORTNORTE	Belo Horizonte
DENVER	Belo Horizonte
FUJINOR	Belo Horizonte
ITASA	Rio de Janeiro
MECA	Belo Horizonte
SION	Belo Horizonte
TOK	Belo Horizonte
TRANSIT	Belo Horizonte
ALPARGATAS	São Paulo
FRIGONORTE	Montes Claros
CORTNORTE	Montes Claros
PASSONORTE	Montes Claros
IRAMASA	Montes Claros
SOMAI	Montes Claros

Fonte: BRAGA. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE**: um estudo de caso, p.41. Dados da ACI-Montes Claros

Delineado esse quadro, a conclusão é clara: a industrialização proporcionada pela SUDNENE no Norte de Minas foi um "esticamento" do parque industrial do Centro-Sul e obviamente das empresas aí localizadas, que como um 'enclave', adentram a economia Norte-Mineira, no processo de expansão do capitalismo industrial da economia brasileira."⁷

Em síntese, a industrialização incentivada pela SUDENE não se vinculava às características da região, sua efetivação obedecia à dinâmica geral do sistema capitalista no país. Daí derivam as características gerais da mesma: origem exógena dos capitais, pouco aproveitamento da matéria-prima regional, pequena absorção de mão-de-obra e comercialização da produção fora das "fronteiras" regionais.

Como já assinalado, a SUDENE beneficiou também a agropecuária, notadamente os grandes produtores e grandes criadores de gado. Isso significa que os grandes beneficiários das transformações registradas na região foram os grupos econômicos do Centro-Sul e as elites locais, tanto no segmento rural como no urbano (saliente-se que cerca de 25% dos projetos industriais eram de capital local).

⁷ BRAGA. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE**: um estudo de caso, p. 103

Para efeitos da SUDENE o norte de Minas era parte do Nordeste. Consumada a industrialização deste, afirma Francisco de Oliveira, ocorreu uma mudança substancial na estrutura econômica do país. Após longo processo iniciado em 1930 ocorreu a "substituição de uma economia nacional *formada por várias economias regionais* para uma economia nacional *localizada em diversas partes do território nacional*." E não se trata de uma simples mudança semântica, observa o autor, "significa precisamente que é o crescimento industrial da região Sudeste que está formando ou reformando a distribuição espacial das atividades econômicas no território do País." A diferença fundamental entre uma situação e outra é que na "economia nacional formada por várias economias regionais" "as ligações *externas, para fora do País*, determinavam a localização das atividades, sem mediação ou com uma escassa mediação por parte de algum setor propriamente nacional (...)"⁸

Em **Elegia para uma Re(li)gião** Francisco de Oliveira coloca ainda em termos mais claros as conseqüências do processo de industrialização em curso desde o primeiro Governo Vargas e, especialmente, da industrialização incentivada no Nordeste: "(...) é inegável que a economia do Nordeste integrou-se completamente à economia nacional. Perde, pois, qualquer sentido continuar a falar em 'economias regionais' no Brasil (...)", por conseguinte, "a insistência da burocracia da SUDENE (...) em continuar a colocar os problemas do Nordeste como 'regionais', é agora, historicamente, reacionária; apenas serve para azeitar os eixos dos mecanismos do capital monopopulista." A expansão do capital monopolista, completa o autor, "aponta, no limite para a dissolução das 'regiões', enquanto espaços de produção e apropriação do valor especiais e diferenciados (...)"⁹ (Grifos nossos)

Essa é a tese que, na expressão de Milton Santos, "intoxicou a maior parte dos economistas e, desgraçadamente, também dos geógrafos, com a idéia de que a região havia soçobrado com a modernidade."¹⁰ De fato, nos anos que se seguiram a esses escritos de Francisco de Oliveira, falar em região soava "reacionário" e até "populista". Esse é o tom, por exemplo, do Seminário "Nordeste - Estrutura Econômica e Social, Desenvolvimento e Processos Políticos", realizado em 1982 pelo Programa de Mestrado em Economia e Sociologia - PIMES - da Universidade Federal de Pernambuco. Deste seminário resultou o livro **A Questão Nordeste** na abertura do qual, seu organizador, Sílvio Maranhão, faz

⁸ OLIVEIRA. **A economia da dependência imperfeita**, p. 55

⁹ OLIVEIRA. **Elegia para uma Re(li)gião**, p. 125, 132, 133

como que "uma declaração de princípios": "Foi intenção do organizador do Seminário (...) reunir pesquisadores e professores que fizeram uma opção político-acadêmica de procurar, a despeito de tantas dificuldades, fazer o estudo e a crítica não oficial da sociedade nordestina."¹¹ A julgar pelos textos, a tese de Francisco de Oliveira foi a referência principal do Seminário. Sintomaticamente, o capítulo do livro que defende abertamente a persistência de "questões regionais" no interior de economias nacionais industrializadas e, especificamente, da "questão nordestina", é de autoria de Manuel Correia de Andrade e não foi apresentado no Seminário.

Discordar de Francisco de Oliveira quanto ao fim das regiões não implica, de forma alguma, ignorar o enorme avanço que sua obra trouxe para a compreensão dos problemas regionais no Brasil. A tese do fim das regiões já foi objeto de críticas diversas, especialmente por parte de Paulo Henrique Martins.¹²

Nossa discussão acerca dos temas "regionalismo" e "região" se serve, em larga medida, das definições de Iná Castro. O regionalismo, diz a autora, "é a expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões e ao próprio Estado. Esse é um movimento político, porém vinculado à identidade territorial." E a região se constitui pela "práticas sociais em um território", se define a partir da relação do homem com o meio e com os seus símbolos", é "a base territorial para a expressão do regionalismo".¹³

Contrariando o vaticínio de Francisco de Oliveira, no Norte de Minas o regionalismo emergiu com maior vigor durante e após o período de "nacionalização" da economia. Foi, por sinal, a mobilização das elites regionais o fator decisivo para que a região fosse incluída na área de atuação da SUDENE e foi a articulação da mesma com os novos interesses emergentes, os industriais, que permitiu a sua sobrevivência política.

As análises de Evelina Antunes Oliveira são, nesse aspecto, muito esclarecedoras. A autora explora os acordos políticos entre as velhas elites regionais com o Governo do Estado, fato materializado, por exemplo, na implantação do Frigorífico Norte de Minas, o caráter não-conflitivo da industrialização e, por fim, a justaposição das frações das elites

¹⁰ SANTOS. O futuro do Nordeste: da racionalidade à contrafinalidade. In: GAUDÊNCIO; FORMIGA (Orgs.). **Era da Esperança**: teoria e política no pensamento de Celso Furtado, p. 101

¹¹ MARANHÃO. Apresentação. In: _____ (Org.). **A Questão Nordeste**, p. 9

¹² Essa crítica pode ser vista, por exemplo, em CASTRO. Visibilidade da Região e do Regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS; CARLEIAL (Orgs.). **Integração, região e regionalismo** e AMADO; SILVA. **República em migalhas**: história regional e local, especialmente no capítulo "O Nordeste e a Questão Regional: os Equívocos do Debate", de autoria de Paulo Henrique Martins.

¹³ CASTRO. Visibilidade da Região e do Regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS; CARLEIAL (Orgs.). **Integração, região e regionalismo**, p. 164-165

"velhas" e "emergentes". A modernização da região, de fato, viabilizou a penetração do capital do Centro-Sul, mas os grupos dirigentes regionais tiveram um papel ativo no processo e, por isso, "concluimos por uma industrialização não conflitiva, embora redirecione o desenvolvimento regional, não submete os interesses oligárquicos dominantes, mas promove novos parceiros e reafirma padrões tradicionais de comportamento político."¹⁴

A tese de Evelina Antunes não é incompatível com as colocações de Maria Ângela Braga:

concordamos com a indicação de Braga de que a permanência das atividades tradicionais se dá nas brechas deixadas pelo movimento econômico principal ou central que se volta para atividades mais modernas. Desta maneira se mantêm os antigos compromissos políticos no processo de redefinição que se dá no plano econômico.¹⁵

Em termos concretos:

mesmo considerando a penetração do poder local no processo de industrialização, porque justaposição de interesses pressupõe manutenção de interesses, as indústrias controladas por grupos locais são inferiores a 20% do total dos projetos implantados e, ainda assim, os interesses destes novos empresários não alteram a composição do grupo de poder local/regional¹⁶

Isso significa que a modernização não extinguiu interesses específicos estabelecidos na região. Significativamente, durante o processo de modernização da economia regional - 1960-1980 duas importantes entidades ganharam força na articulação das elites regionais: a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros - ACI - e a Sociedade Rural de Montes Claros. A ACI teve participação destacada em praticamente todos os momentos principais da política local regional: atuou na instalação do Escritório da SUDENE em 1965, seus sócios estavam na fundação do FRIGONORTE, fez gestões pela ligação com Três Marias e pela ligação asfáltica com Belo Horizonte, contribuiu para legitimar em âmbito local o golpe militar de 1964, participou diretamente da instalação do Distrito Industrial de Montes Claros e esteve à frente dos movimentos separatistas de 1967 e 2000.¹⁷

¹⁴ OLIVEIRA. *Nova Cidade, Velha Política*, p. 88

¹⁵ OLIVEIRA. *Nova Cidade, Velha Política*, p. 94

¹⁶ OLIVEIRA. *Nova Cidade, Velha Política*, p.95

¹⁷ OLIVEIRA. *Nova Cidade, Velha Política*, p. 148